

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

Ata 01/2015
Reunião Ordinária de 26 e 27/03/2015

1 Às treze horas e trinta minutos do dia 26 de março de 2015, no câmpus Pelotas, o Conselho
2 Superior do IFSUL realizou reunião ordinária, com a presença do presidente, Marcelo Bender
3 Machado; dos conselheiros Rafael Blank Leitzke, Milton Britto de Almeida, Ricardo Castro
4 Carrilho, Marcos Eli Silveira Echeverria, Marlene Katrein da Costa, Yuri Escobar Gayer, Janaína
5 Marques Silva, Maria Helena Polgati Moreira, Daniela Cardoso Salau Barboza, Dalvani Costa de
6 Azevedo, Luciana Neves Loponte, Marcos Roberto Miranda Prietto, Eduardo Martinelli Leal,
7 Alexandre Pitol Boeira, José Henrique Bassani, Cleiton Xavier dos Santos, Cristian Oliveira da
8 Conceição, Josi Aparecida de Freitas, Marcelo Leivas Lucena, Ana Maria Geller, Douglas Pinho
9 de Ávila, Patrick Machado Kovalski, Daniel Delfini Ribeiro, Leandro da Silva Camargo, Daniel
10 Gonçalves Emmanuelli, Paulo Henrique Asconavieta da Silva, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Pedro
11 Eula Marques, Kevin Maciel Medeiros, Álvaro Luiz Carvalho Nebel (26/03), Júlio Costa da Costa
12 (27/03), Carlos Alberto Soares da Silva, Marilice Chapper, Emanuel Marques Queiroga, Osni da
13 Costa Rodrigues, Cláudia Redecker Schwabe, Claire Gomes dos Santos, Fernanda Cristina
14 Camillo, José Luis Lopes Itturriet, Daltro Ben Hur Ramos de Carvalho Filho, Diego Alessandro
15 Pereira dos Santos, Braulio Sergio Mewius, Renato Louzada Meireles, Fabian Eduardo
16 Debenedetti Carbajal, Fernanda Pereira Teixeira de Mello, João Manoel Martins da Cruz, Júlio
17 Cesar Mesquita Ruzicki; o vice-reitor Flávio Luis Barbosa Nunes; a secretária Marilvana
18 Giacomelli Tavares e os convidados Henrique Ziglia Maia, Janete Otte, Denise Bonow, Ricardo
19 Pereira Costa, Manoel José Porto Júnior, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Mauro André
20 Barbosa Cunha, Ana Paula Nogueira e Silva e Alessandro de Souza Lima. Justificaram a ausência
21 os conselheiros Patrícia Mendes Calixto, Irwing Amaral Almeida Pinheiro, Lidiane Cambraia
22 Fonseca, Pablo Machado Mendes, Antônio Marcos Pacheco Coutinho, Max Lindoberto Castro
23 Gonçalves, Mauro Castro Martin, Cacildo dos Santos Machado e Sílvia Letícia Pereira de Pereira.
24 O presidente Marcelo Bender Machado deu início à reunião abrindo espaço para informes. O
25 conselheiro Álvaro Nebel pediu reflexão ao órgão máximo da gestão sobre a atual situação
26 financeira do câmpus Pelotas-Visconde da Graça, nunca vivida antes, uma vez que os atrasos
27 estão colocando em risco as atividades do câmpus, inclusive com dívida de três meses à empresa
28 fornecedora de refeições, entre outras. O presidente Marcelo Bender falou sobre 2015 ter
29 iniciado com saldo negativo e sobre a situação política não apontar um horizonte que permita
30 planejamento; disse que as medidas que o governo entende como saneadoras não têm sido
31 aprovadas e que o nosso limite orçamentário alterou; que de janeiro a março a liberação de
32 recursos é 1/12 avos do orçamento, mas que o financeiro continua atrasado, não tendo recursos
33 previstos para março; que a situação do câmpus Pelotas-Visconde da Graça é semelhante à dos
34 câmpus que estão sendo construídos. A convidada Denise Bonow ratificou o cenário difícil. O
35 convidado Manoel Porto disse que, em função das restrições orçamentárias, não será lançado
36 edital este ano e que serão contempladas propostas na suplência do ano passado. Disse também
37 que os câmpus podem participar do PROEXT, e que as propostas podem ser recebidas até 19 de
38 abril. A seguir, foram empossados os novos conselheiros. O conselheiro Osni Rodrigues solicitou
39 que os itens 16 e 22 fossem tratados no dia 27 e foi solicitada a inclusão de pauta pela Diretoria
40 Executiva, tratando da atualização de valores cobrados para os concursos, sendo a inclusão
41 aceita pelos conselheiros. A seguir, foram submetidas à discussão as portarias **ad referendum**
42 n.ºs. 3796, 3797, 3798, 3805/2014 e 063, 319, 376, 378, 478, 631, 727 e 729/2015. O
43 conselheiro Osni Rodrigues apresentou destaque para a portaria n.º 727/2015, referente ao
44 Plano de Cultura do IFSul, em virtude de não estar bem esclarecido. O convidado Manoel Porto
45 explicou que a Coordenadoria de Cultura se reuniu com as comissões dos câmpus que já haviam

46 enviado sugestões e que o plano precisou ser feito às pressas, para cumprir o prazo legal para
47 participação no edital; que o plano, que não é um plano acabado, abrange ações desenvolvidas
48 nos câmpus e que, a partir delas, será construída uma política efetiva de cultura no IFSul.
49 Prontificou-se a encaminhar mais documentos em seguida, para continuar a discussão mais
50 tarde. Assim, com exceção da portaria 727/2015, todas as demais foram homologadas. Dando
51 continuidade, a servidora Ana Paula Silva falou sobre o **Regulamento das Relações entre o IFSul
52 e Fundações de Apoio**, explicando a necessidade de inclusão dos decretos 8.240 e 8.241 na
53 legislação de referência e, em observância a eles, da inclusão do inciso VII no art. 10 e do
54 parágrafo único no art. 22, da exclusão do parágrafo único do art. 21 e da alteração dos arts. 5º,
55 20, 21 e § 2º do art. 28, do mesmo modo que, por sugestão da Procuradoria Federal foi alterada
56 a redação do art. 6º, do inciso V do art. 10 e do § 2º do art. 38. As alterações foram aprovadas
57 por unanimidade. A servidora Ana Paula Silva apresentou o **Regulamento de Auxílio Financeiro
58 a Pesquisador/Extensionista**, explicando que em 2012 houve tentativa de usar o cartão
59 pesquisador do Banco do Brasil, mas não foi possível; que o Banco do Brasil não permite num
60 mesmo CNPJ cartão pesquisador e cartão suprimento de fundos, do mesmo modo que não
61 permite a criação de um segundo CNPJ; que a solução foi a criação de uma rubrica de auxílio
62 financeiro ao pesquisador, aplicável também à extensão e ensino, criada através de portaria,
63 ainda na gestão anterior, com normativas para aplicação do recurso, mas que houve o
64 entendimento de que ficaria mais eficiente a criação de um regulamento, construído a partir da
65 portaria existente. A conselheira Fernanda Mello questionou se seria específico a pesquisador,
66 conforme o nome da rubrica. A servidora Ana Silva salientou que o art. 1º trata da
67 indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Mencionou o ofício da SETEC, que veio
68 com a proposta orçamentária, que informa o custeio discriminado por câmpus e reitoria,
69 referente à pesquisa e extensão aplicada. A conselheira Fernanda Mello perguntou se também
70 haveria recurso destinado à cultura, tendo a convidada Ana Paula Silva respondido que a
71 questão ainda não havia sido discutida. O convidado Manoel Porto explicou que o regulamento
72 abrange também ensino e pesquisa, mas que não é possível mudar o nome da rubrica, em
73 função da legislação; que junto ao MEC a pesquisa tem *status* superior à extensão e ao ensino,
74 que atividades de cultura e esporte estão inseridas na extensão. O conselheiro Osni Rodrigues
75 perguntou se havia sido feito levantamento sobre o que o Tribunal de Contas e a Controladoria
76 Geral da União dizem sobre isso. A servidora Ana Paula Silva respondeu que é um recurso
77 previsto e que fez um trabalho junto à Auditoria, que o levou à CGU, que não identificou
78 qualquer apontamento relacionado, e que a Auditoria Interna tem ciência e está acompanhado
79 esse trabalho. O convidado Manoel Porto disse que tem na PROAP, a quem agradeceu, grande
80 parceria para a execução dos projetos de pesquisa e extensão, pois há momentos em que é
81 preciso tomar partido e decisões, já que há duas situações: não aplicar o recurso ou correr algum
82 risco calculado, uma vez que há precaução de tornar os processos o mais consistente possível;
83 que há controle rígido nas pró-reitorias. O convidado Marcos Betemps esclareceu que o recurso
84 é garantido pela legislação e que não haveria necessidade de regramento, mas esta é a escolha
85 da gestão para garantir a transparência e que a CGU tem conhecimento do que é feito e inclusive
86 está auditando o processo e a prestação de contas; que a mesma solicitou auditoria anual e que,
87 no momento, a PROPESP está sendo auditada em relação aos projetos de 2013; que a PROPESP
88 também tem controle rígido dos processos; que em 2014 a pró-reitoria optou por aplicar o
89 recurso para adquirir todos os equipamentos necessários ao funcionamento dos laboratórios,
90 que começaram a chegar agora, de modo que os projetos do ano passado foram feitos sem
91 aproveitá-los; que o recurso que está sendo discutido agora atende projetos e compra de
92 materiais. A convidada Denise Bonow leu as especificações e destinações da rubrica. O
93 conselheiro Osni Rodrigues disse que a base legal não está evidente e que o parecer da
94 Procuradoria não é claro, só menciona a hierarquia entre órgãos; também elencou problema
95 havido na Universidade Federal de Campina Grande por liberar recurso financeiro para pessoa
96 física, sem lei específica autorizando. O convidado Manoel Porto disse que a não aprovação
97 representa o término dos projetos de pesquisa e extensão da forma como o IFSul faz hoje. O

98 convidado Marcos Betemps lembrou que os projetos não são escolhas de pró-reitores, mas são
99 os que participam dos editais e que o recurso já consta no planejamento orçamentário das pró-
100 reitorias. O presidente Marcelo Bender disse que não havendo improbidade administrativa, há
101 necessidade de arriscar para executar os projetos, pois não existe regra para tudo. A convidada
102 Ana Paula Silva disse não haver dispositivos legais para cada rubrica do plano de contas, mas
103 que a lei de licitações traz dispensa de licitação para situações vinculadas a projetos de pesquisa
104 e que a SETEC também referenda; que não há dispositivos legais para tudo e que se trata de
105 controle interno. O conselheiro Carlos Silva reconheceu o conhecimento do conselheiro Osni
106 Silva sobre legislação e disse entender a preocupação dele, especialmente pela tradição que o
107 campus Pelotas-Visconde da Graça tem em pesquisa e extensão; que muitas vezes o próprio
108 pesquisado é que alimenta a instituição, tendo em vista a escassez de recursos; que concorda
109 com a posição da gestão e é favorável à aprovação do regulamento. O conselheiro Álvaro Nebel
110 solicitou a alteração do regulamento, no que se refere à responsabilidade do recurso e material,
111 que deveria ser transferida do chefe do setor para o professor pesquisador, uma vez que ficam
112 sempre na carga de detentores de função. A servidora Ana Paula Silva disse que do ponto de
113 vista do regulamento não há problema, mas que não sabe se há impedimento pelo SIGA, pois é
114 uma questão operacional; que pode ser criado um documento interno responsabilizando o
115 pesquisador durante a execução do projeto. A convidada Denise Bonow explicou que será feita
116 mudança do sistema SIGA para o SUAP mas ainda não sabe informar se o novo sistema prevê tal
117 vinculação. O conselheiro Miguel Dinis concordou com a necessidade de documento vinculando
118 a responsabilidade ao pesquisador. O convidado Henrique Maia reconheceu o esforço da PROAP
119 na administração do recurso e disse que em 2013 houve trinta e nove processos de pesquisa e
120 extensão investigados, dos quais apenas três a regularizar; esclareceu que bens adquiridos para
121 pesquisa e extensão são tombados quando do recebimento; que os maiores problemas do
122 campus Pelotas-Visconde da Graça referem-se à transição da UFPel para o IFSul; disse também
123 estar trabalhando no controle interno do campus Pelotas e que não vê problemas na aprovação
124 do regulamento. A conselheira Fernanda Mello pediu que no art. 7º fosse trocada a palavra
125 "cuidados" por "procedimentos". Colocado em votação, o regulamento foi aprovado com três
126 abstenções e a justificativa do conselheiro Ricardo Carrilho, como segue: "me abstenho de votar
127 por não ter participado da discussão". A seguir foram feitos esclarecimentos sobre a **Comissão**
128 **Própria de Avaliação e o seu regulamento**; que há perspectiva de que a avaliação seja para toda
129 a instituição e não se atenha aos campus que têm cursos superiores, fornecendo dados a serem
130 usados no planejamento. O presidente Marcelo Bender lembrou que a CPA é autônoma, embora
131 constituída de servidores da instituição, que precisam ser apoiados. Em relação à composição,
132 o conselheiro Milton Almeida reconheceu ser complicado exigir a participação do representante
133 da sociedade civil, embora seja exigência legal. Após discutido, foi feita a alteração no *caput* do
134 art. 5º e a inclusão § 3.º no mesmo art., do mesmo modo que foi reconhecida a impossibilidade
135 de constar comissão da reitoria, uma vez que ela não abrange os três segmentos, ficando
136 definido o uso da nomenclatura representação. O diretor executivo Alessandro Lima salientou
137 que a avaliação institucional deve ser a base do planejamento, retratando a situação da
138 instituição, feita por uma comissão autônoma. Posto em votação, o regulamento foi aprovado
139 por unanimidade com as alterações propostas. A secretária Marilva Tavares apresentou a
140 proposta de **calendário de reuniões do CONSUP** para 2015, justificando não ter apresentado na
141 reunião anterior por estar aguardando a agenda de reuniões do CONIF. Aceitas as datas, ficou
142 definido que as reuniões de julho e dezembro serão em Pelotas, a de maio em Sapiranga, a de
143 setembro em Camaquã e a de novembro em Sapucaia do Sul. A secretária Marilva Tavares
144 também apresentou a proposta para o **novo acesso à documentação do CONSUP** que, se
145 aprovada deverá vigorar possivelmente já para a próxima reunião. Explicou que a documentação
146 será disponibilizada na intranet – aba do Conselho Superior. Após discutidos os detalhes da nova
147 sistemática foi aprovado que a pauta será pública, divulgada na página do IFSul, e a
148 documentação será disponibilizada na intranet para os conselheiros, criando acesso para os
149 alunos representantes, entidades representativas e diretórios acadêmicos. Colocado em

votação, o formato proposto foi aprovado por unanimidade. O convidado Marcos Betemps falou sobre a demanda trazida pelo conselheiro Júlio Ruzicki na reunião anterior, sobre a **resolução 81/2014, que trata do regulamento de afastamento para capacitação**; disse que o processo já estava em andamento quando da aprovação do documento e qualquer alteração só valeria para os próximos editais; que para cada servidor são avaliados mais de 65 itens; que, em relação a distância, foram considerados 200 km entre a sede e local do curso, mas que não há como determinar o marco que define o ponto a partir do qual se faz a medição; que foram identificadas algumas inconsistências no texto do regulamento, pois há coisas que não se verificava, como períodos e prazos de validade para as ações e produções apresentadas, quando valiam inclusive as anteriores ao ingresso no IFSul, de modo que servidores novos na instituição contabilizaram situações muito anteriores temporalmente ao ingresso para se beneficiarem do afastamento; a não especificação de áreas para artigos, a classificação desses artigos nas diversas revistas, a falta de especificação do tipo de comprovação a ser apresentado e a não existência de definição de atividades extraclasse, o critério de definição de eventos nacional e internacional, a não especificação de área prioritárias, uma vez que os câmpus não a apontam, a padronização de exercício efetivo na carreira EBTT dos câmpus, visando atender substitutos, que não fazem parte da carreira EBTT, que não havia no documento espaço para registro de ter DE, ressaltando que tudo isso precisa ser avaliado, para evitar recursos. Em relação às atividades extraclasse há duas situações: ou definir ou retirar algumas coisas do regulamento. O conselheiro Carlos Silva relatou o acordo de cavalheiros existente na área de zootecnia do câmpus Pelotas-Visconde da Graça, onde os doutorados eram feitos em dois anos, em vez dos três permitidos, o que permitia que todos fossem contemplados com a capacitação; que não deve haver priorização de áreas, pois todas são importantes e disse que deve ser dado olhar mais amplo para a questão das publicações já que, às vezes, o docente precisa transitar entre áreas e ter publicações em todas elas. O convidado Manoel Porto lembrou que uma mesma revista tem classificações distintas para diferentes áreas. O convidado Marcos Betemps disse que não está fazendo discussão técnica, mas que o CONSUP deve definir qual o procedimento a ser adotado para rediscutir o regulamento. O conselheiro Júlio Ruzicki disse que o não reconhecimento do curso não deve ser impeditivo para a capacitação e que a responsabilidade deve ser do docente. Questionou quais convênios o IFSul tem hoje, tendo o convidado Marcos Betemps respondido que o único é o do Instituto Politécnico de Bragança. Respondendo ao conselheiro Júlio Ruzicki, o convidado Marcos Betemps disse que a CAPES pode cobrar o investimento do servidor e que já houve um caso em que foi cobrado R\$ 85.000,00, de modo que a exigência do reconhecimento é para proteção do servidor. O conselheiro José Bassani sugeriu criação de glossário para uniformizar o uso de mesma terminologia em todos os documentos. O conselheiro Miguel Dinis salientou que deixar a avaliação na proposta resguarda a lisura do processo e sugeriu que a cada ano ou edital sejam apontadas as áreas prioritárias. O conselheiro José Itturriet manifestou-se lembrando a necessidade de definir os itens discutido antes da próxima reunião do CONSUP, para utilização já no próximo edital. O conselheiro Marcos Betemps consultou se deveria ser reestabelecida a comissão organizadora original, pelo conhecimento que tem do regulamento, se chamado o Comitê Institucional Gestor de Pesquisa e Pós-graduação, porque intermediou o processo, ou se criada nova comissão. A conselheira Fernanda Mello disse que a comissão não trabalhou sozinha, foi estendida para a gestão e representantes dos docentes através da CPPD. O convidado Manoel Porto disse que a comissão cumpriu seu papel e defende o encaminhamento ao Comitê Gestor, pois todos os câmpus estariam representados, com o que concordou o conselheiro Alexandre Pitol, argumentando que o trabalho da comissão já está concluído. Lembrou que não é um novo regulamento, apenas ajustes a serem feitos num regulamento já aprovado, que devem ser aprovadas pelo CONSUP, dispensando reuniões nos câmpus. O convidado Nilo Campos lembrou que a instituição deve cobrar o retorno do servidor que saiu para capacitação no exterior, pois o êxito não é só a qualificação, mas a revalidação no curso no Brasil; que se isso não acontecer não traz benefício à carreira do servidor. O conselheiro Rafael Leitzke acha salutar estabelecer áreas prioritárias, o

202 que o câmpus Pelotas não fez, mas reconhece a dificuldade de fazê-lo, perguntando qual câmpus
203 indicaria a área de educação física como prioritária. O vice-reitor Flávio Nunes lembrou que as
204 propostas para ajustes do regulamento devem ser apresentadas até 23 de abril e aprovadas na
205 reunião de maio, para que possam valer para o próximo edital. Após ampla discussão, foram
206 encaminhadas as seguintes propostas: 1) reunir novamente a comissão que elaborou o
207 regulamento 2) reunir o Comitê Gestor e 3) CONSUP consultar à comunidade trazendo o
208 resultado na próxima reunião para definição. O conselheiro Renato Meireles manifestou-se
209 contrário à última proposta, pois o Conselho é deliberativo. O conselheiro João Cruz disse que o
210 que deve ser votado é se vão ser aceitas alterações ou não e, em caso positivo, caberá à PROPESP
211 definir como serão feitas pois é uma questão de gestão. O conselheiro Milton Almeida
212 concordou com o depoimento anterior, dizendo ser necessário incluir a discussão do art. 2º,
213 referente a afastamento para curso no exterior, pois esta é a pauta. O conselheiro Álvaro Nebel
214 defendeu que a PROPESP deveria ter trazido suas propostas para o Conselho, pois está
215 diretamente envolvida; disse que em seu câmpus, as áreas prioritárias são aquelas que têm
216 menor número de mestres e doutores. O Marcos Betemps propôs que a PROPESP, ouvindo a
217 PROEX, PROEN e PROGEP encaminhe proposta a todos os representantes de pesquisa dos
218 câmpus porque não aceita modificação sem consulta à comunidade, para ser apresentada na
219 próxima reunião do CONSUP. Foi colocada em votação a proposta de aceitar que sejam feitas
220 alterações no regulamento, que foi aprovada por unanimidade, aceitando-se também dar
221 continuidade ao processo com a proposta do convidado Marcos Betemps, que disse não pode
222 fazer alteração na proposta da PROPESP sem ouvir a comunidade e isso inclui o item dois e todos
223 os considerados polêmicos e que se não houver tempo hábil, em 23 de abril informará que não
224 será possível apresentar na próxima reunião. A secretária Marilvana Tavares leu a parecer da
225 Procuradoria Federal sobre a **legitimidade do processo eleitoral** para diretor-geral do câmpus
226 Pelotas-Visconde da Graça. A seguir, o presidente Marcelo Bender apresentou a proposta de
227 alteração da **sigla da Diretoria de Assuntos Internacionais** de DIRASSINT para DAI, que foi
228 aprovada. Entrou em pauta a proposta de concessão de **RSC para técnicos-administrativos e**
229 **aposentados**, apresentada pelo conselheiro Marcos Prietto, explicando que em Charqueadas já
230 existe um grupo de trabalho para discutir o assunto e sugerindo que os câmpus, se não tiverem,
231 também criem para discutir o assunto e outros tópicos importantes para a carreira. O
232 conselheiro Alexandre Pitol disse que os servidores do câmpus Passo Fundo já se reuniram e
233 redigiram manifesto de total apoio em favor do RSC e do técnico-administrativo substituto,
234 entregues à secretaria neste momento, com cem por cento de adesão dos técnico-
235 administrativos e grande maioria dos docentes, justificando que apenas oito não assinaram por
236 estarem ausentes do câmpus; lembrou que o Conselho deve dar apoio às causas, uma vez que
237 o fez em relação aos docentes, para evitar as desigualdades que estão se criando na instituição.
238 O conselheiro Júlio Ruzicki disse que haverá encontro do CONSINASEFE nos dias 26 a 29 de
239 março, de onde sairão novidades sobre o assunto a serem repassadas no próximo CONSUP. O
240 conselheiro Miguel Dinis solicitou, em nome dos servidores do seu câmpus, que parta do
241 CONSUP uma moção de apoio às causas. O presidente Marcelo Bender disse que, em 2014, em
242 reunião do FORGEP reafirmou a necessidade do RSC para técnicos-administrativos, bem como a
243 contratação de substitutos, para permitir a capacitação dos titulares; que no FORGEP foi criado
244 grupo de trabalho com a SETEC, para criação de minuta para RSC, tendo o texto já sido
245 protocolado; que devem ser provocadas discussões e criados grupos de trabalho em todas as
246 representações sindicais, porque o RSC deve atender todos os servidores da área da educação;
247 que a minuta da lei propondo o RSC já está no MEC; que sindicato e grupos de trabalho
248 capitaneados pela PROGEP devem estudar e definir o que é importante para o processo. O
249 convidado Nilo Campos disse que devem ser trazidos para a luta os professores de ensino
250 superior e os professores de EBTT, porque o panorama futuro é complicado; que também é
251 favorável ao técnico substituto, até porque existem afastamentos que independem da gestão.
252 Reconheceu o CONSUP por estar discutindo o assunto e lembrou que deverá ser estendido às
253 universidades e sindicatos para unir forças, já que a carreira técnica é mesma. O convidado

254 Manoel Porto lembrou que o sindicato vê com preocupação a contratação de técnico-
255 administrativos substitutos, da mesma forma como via a contratação de docentes, já que sua
256 proposta original previa sempre um excedente de profissionais que permitisse que sempre uma
257 porcentagem de servidores estivesse em capacitação ou cumprindo licenças legais previstas, e
258 não o trabalho com contratações flexibilizadas, que muitas vezes impedem a continuidade dos
259 trabalhos; que vê com cautela o técnico-administrativo substituto, uma vez que o técnico, em
260 determinados setores, realiza atividades complexas ou de grande responsabilidade, impedindo
261 a execução por um substituto; mas que, em decorrência da contingência da realidade se coloca
262 favorável à contratação de técnico-administrativos substitutos. O conselheiro Alexandre Pitol
263 solicitou visita de representação do sindicato ao câmpus Passo Fundo, para promover a
264 agregação, já que lá não há representação sindical. Após amplamente discutido o assunto, foi
265 proposta moção em prol da concessão do RSC para técnico-administrativos e aposentados, bem
266 como a criação do técnico-administrativo substituto, que foi aprovada. O conselheiro Júlio
267 Ruzicki falou sobre o **intervalo de onze horas entre jornadas para técnico-administrativos e**
268 **docentes**; disse constar na CLT, mas que considera importante consultar a comunidade sobre a
269 necessidade de ser criado dispositivo legal; que o advogado do SINASEFE disse não ser questão
270 legal, mas de organização. O convidado Nilo Campos disse que o nosso estatuto não faz menção
271 às onze horas, que a exceção é quando o servidor tem acumulação permitida de cargos, quando
272 é proibido não fazer as onze horas; que a maioria dos servidores cumpre esse intervalo e que,
273 quando não o faz, geralmente é por interesse pessoal; que pode ser feita uma regulamentação
274 interna, mas não há lei. Em relação à concentração de horário, o convidado Henrique Maia disse
275 que pode ser permitida pelos gestores, mas que não é permitido dar aulas em três turnos por
276 dois dias seguidos. O conselheiro Miguel Dinis disse que, no seu câmpus, concentração de três
277 dias só é concedido com pedido e projeto de capacitação. O convidado Nilo Campos lembrou
278 que a lei regulamenta trabalho em dois turnos diários. O conselheiro Rafael Leitzke considera
279 importante uma orientação da PROGEP pois o docente precisa de um apoio quando se sente
280 incomodado com alguma situação. Foi aprovado que a PROGEP faça um documento orientando
281 os servidores em relação às onze horas e aos três turnos de trabalho. A seguir, foram submetidos
282 à análise os assuntos encaminhados pela PROEN: **alteração da carga horária do Curso Técnico**
283 **em Administração**, do câmpus Lajeado; **alteração da carga horária do Curso Técnico em**
284 **Cozinha**, do câmpus Santana do Livramento; o **projeto de Terminalidade Específica em**
285 **Desenhista de Móveis**, do câmpus Pelotas e o **projeto do Curso Técnico em Eletromecânica**,
286 do câmpus Pelotas. Não havendo nenhum destaque, todos os itens foram aprovados.
287 Mencionando a discussão sobre a resolução 81, o conselheiro Álvaro Nebel manifestou-se
288 dizendo que se sente muito tranquilo quanto ao posicionamento dos conselheiros do câmpus
289 Pelotas-Visconde da Graça, legitimamente eleitos pela comunidade, pois eles representam
290 efetivamente a vontade dos seus servidores, e todos os assuntos da pauta, recebidos no prazo
291 legal, são discutidos previamente com a comunidade; que acredita que isso ocorra em todos os
292 câmpus; cumprimentou os novos conselheiros e mencionou os conselheiros Vitor Dias, Maria
293 Lúcia, Osni Rodrigues e Vitor Manzke, ex-conselheiro, pela chamada para as discussões; que
294 quando disse que a PROESP tem todo o corpo técnico para fazer as alterações nas propostas
295 e submeter novamente à aprovação do Conselho, não disse, em momento algum, que a
296 comunidade não devia ser ouvida; que a última palavra foi a do convidado Marcos Betemps
297 dizendo que a PROESP entende que a comunidade tem que ser ouvida. O convidado Marcos
298 Betemps respondeu que, em momento algum, disse que o documento não deveria ser discutido
299 pela comunidade, que, ao contrário só deverá ser trazido ao CONSUP depois de discutido pela
300 comunidade. O presidente Marcelo Bender apresentou a convidada Ana Paula Silva e falou da
301 importância do **Relatório de Gestão**, importante documento para os órgãos de controle, pois
302 contém informações sobre o trabalho da instituição durante todo o ano, não só financeiras mas
303 também dos alunos de todos os câmpus; disse que é feito de acordo com as regras da CGU e do
304 TCU. A convidada Ana Paula Silva passou à apresentação do relatório e aos esclarecimentos
305 necessários. Em relação à página 65, quadro 21, o conselheiro Osni Rodrigues disse que a

306 tomada de preços 2013/01 foi só para a reforma do telhado. A convidada Ana Paula Silva
307 explicou que as informações do quadro são fornecidas pela DPO, referentes ao apanhado de
308 todas as obras feitas no ano, não detalha se referente a câmpus ou reitoria e sem vinculação a
309 processos licitatórios. Na página 82, linha 8, o conselheiro discordou da greve 2014 do câmpus
310 Pelotas-Visconde da Graça como um dos elementos responsáveis pelo não cumprimento da
311 meta, porque no período não houve ingresso de alunos, que estava previsto para outubro,
312 portanto depois de finda a greve. A convidada Ana Paula Silva justificou que, embora a ação seja
313 orçamentária, a meta é física e por aluno atendido, extraído das informações inseridas no SIMEC.
314 A convidada Denise Bonow explicou que a matriz orçamentária elaborada no SISTEC é baseada
315 no número de alunos e que todo mês há necessidade de justificar por que tal número não foi
316 atingido, através de sistema de monitoramento das ações, para ver o que está ou não sendo
317 executado; que mesmo que não exista diferença no número de alunos no final, em algum
318 momento interferiu e o sistema fez a crítica. O conselheiro Osni Rodrigues disse que,
319 considerando o ano, a justificativa é uma inverdade e sugeriu incluir o não impacto do número
320 de alunos no ano. O conselheiro José Itturriet lembrou que a justificativa pode ajudar a
321 instituição, no sentido de proteger quanto à não execução do recurso. A convidada Denise
322 Bonow informou que não faz crítica orçamentária, mas em relação ao número de alunos. Se o
323 número anual previsto não foi atingido, há necessidade da justificativa mensal. A convidada Ana
324 Paula Silva disse que a informação abrange um período de 2013 e outro de 2014, não
325 obedecendo ao ano civil e que o ingresso em outubro pode até não ter sido contabilizado e que
326 também foi constatada inconsistência no abastecimento do sistema do câmpus. A conselheira
327 Fernanda Mello disse que a preocupação do conselheiro Osni Rodrigues é a de as greves não
328 sejam vistas como grandes responsáveis pelo não atingimento das metas. O destaque seguinte
329 foi para o item indicadores acadêmicos, relação ingresso/aluno. Em relação à linha 7, da página
330 88, o conselheiro Osni Rodrigues considerou que o afastamento do diretor-geral e o novo
331 processo eleitoral não interferiram na ação, porque não houve ruptura, já que o setor de
332 registros acadêmicos não aderiu à greve, o coordenador havia sido trocado anteriormente à
333 greve e o diretor foi substituído por membro de sua gestão. A convidada Ana Paula Silva explicou
334 que as informações foram fornecidas pelos câmpus. O representante do câmpus Pelotas-
335 Visconde da Graça no CODIR, Júlio Costa, defendeu a justificativa dada pelo câmpus,
336 considerando que houve ruptura entre 18 de julho e 02 de setembro, período do processo
337 eleitoral, e que a greve não foi boa e nem trouxe melhorias para os alunos; que, mesmo o diretor
338 tendo sido substituído por outro servidor da sua gestão, existiu quebra de continuidade. O
339 conselheiro Osni Rodrigues explicou que não disse que a greve foi boa para o câmpus, só que
340 não interferiu na execução orçamentária do câmpus; que a alimentação do sistema de registros
341 acadêmicos não foi afetada porque não houve troca de servidores e é processo apenas
342 operacional. O conselheiro Emanuel Queiroga considerou que a greve realmente causou
343 impacto nas atividades do câmpus, porque todo o câmpus só falava em greve. O conselheiro
344 Osni Rodrigues disse que a greve se justificaria se também consideradas as de anos anteriores.
345 O servidor Júlio Costa reafirmou o impacto havido, porque as lideranças fizeram greve branca,
346 uma vez que estavam fazendo campanha, do mesmo modo que situações anteriores
347 repercutiram inclusive em nível nacional; que o fato de ser parte da gestão afastada não significa
348 que tenha tomado posicionamentos ou ações exatamente como o professor Álvaro teria ou
349 faria. Foi colocada em votação a manutenção da justificativa ou sua alteração. A manutenção
350 da justificativa do câmpus foi aprovada por maioria, com três votos contrários e uma abstenção.
351 Submetido à votação, o Relatório de Gestão foi aprovado, com as alterações propostas, tendo
352 havido uma abstenção. O convidado Manoel Porto voltou a falar sobre a **portaria ad referendum**
353 **727/2015**, que havia ficado pendente de análise. O conselheiro Osni Rodrigues perguntou se a
354 mesma foi feita em função do programa governamental. O presidente Marcelo Bender explicou
355 ter sido para permitir que o IFSul participasse do edital já que agora a instituição está dando
356 mais visibilidade à cultura. O convidado Manoel Porto falou do plano, que teve que ser criado
357 às pressas e reconheceu que há muitas atividades de cultura no instituto, mas não tem espaço

358 para incrementá-las, que têm sido realizadas reuniões nos câmpus e garantido atividades de
359 cultura em todos, mas que é preciso buscar a interligação entre os câmpus e a continuidade das
360 reuniões, independente do edital; que há previsão da criação de núcleos de cultura em alguns
361 câmpus; falou da viabilidade de a PROEX realizar evento específico para a cultura este ano
362 abrangendo ações de vários câmpus e também da criação da webtv do instituto, para registro
363 em vídeo de todos os eventos da área, com intenção de ir além da cultura; do indicativo de canal
364 de tv digital; que este plano não é o ideal, mas o possível no momento; parabenizou a
365 coordenadora de cultura pelo trabalho desenvolvido. O conselheiro Marcos Eli Echeverria
366 perguntou se seria um plano inclusivo, já que menciona as culturas afro e indígena, tendo o
367 convidado Manoel Porto explicado a necessidade de haver eixos norteadores e que apostou
368 nelas por acreditar que isso pontuará melhor, pois o plano de cultura do instituto é muito mais
369 do que o que vai concorrer neste edital. O conselheiro Marcos Echeverria disse que se fosse
370 incluída a cultura gaúcha haveria maior adesão, mas o convidado Manoel Porto disse que
371 pontuaria pouco, embora reconheça que as culturas negra e fronteiriça estejam aumentando
372 suas presenças nos grupos de tradição gaúchesca. O conselheiro Osní Rodrigues disse que se
373 deveria buscar abranger maior número de câmpus, pois abrange apenas quatro: Pelotas, Bagé,
374 Jaguarão e Sapucaia. O convidado Manoel Porto disse que foram os que mais participaram e
375 trouxeram cartas de anuência. Colocada em votação, a portaria foi homologada. O presidente
376 Marcelo Bender disse que a cultura no IFSul, principalmente a formal, está sendo trabalhada a
377 partir de núcleos ou servidores, individualmente; que em outras instituições, especialmente no
378 nordeste, existe um trabalho maior, porque há cursos dança, de teatro, música, etc., tanto em
379 nível técnico quanto superior, mas a nossa história não caminhou nesse sentido; que é preciso
380 nos libertar de certas amarras, de conceitos que já se foram, alargando nossa visão para além
381 da profissionalização. O convidado Mauro Cunha apresentou a **Verificação do Plano de Ações**
382 **2014**, iniciando pela proposição de unificar as respostas da ação 3.7.5, porque todas elas levam
383 à mesma justificativa, o que foi aceito. O conselheiro Osní Rodrigues disse que várias
384 justificativas dos câmpus Pelotas e câmpus Pelotas-Visconde da Graça para ações não
385 executadas reportam à greve, com o que não concorda, tendo o convidado Mauro Cunha dito
386 que as respostas são recebidas dos câmpus. O conselheiro Fabian Carbajal manifestou-se
387 favorável a tudo que é luta pela instituição, inclusive as greves, mas salientou que a gente tem
388 que entrar com o ônus do que a greve significa, tem que ser considerado o impacto que as
389 mesmas causam, já que um dos seus fundamentos é travar processos, para que as instâncias
390 superiores entendam o seu significado e procurem resolver o entrave causado; que não faz
391 sentido uma greve que não cause impacto; que Brasília tem que reconhecer que há políticas que
392 causam greves e que greves causam entraves; que faz parte do processo aceitar a justificativa
393 do câmpus Pelotas-Visconde da Graça. Colocada em votação a manutenção da justificativa dada
394 ou sua alteração, a manutenção foi vitoriosa, com seis abstenções. Também a Verificação do
395 Plano foi aprovada, com uma abstenção. O convidado Jair Araújo apresentou o **Planejamento**
396 **Anual 2015** e começou explanando sobre as diversas etapas de sua construção; disse que a
397 intenção era de tê-lo aprovado na última reunião do CONSUP ano passado, mas como começou
398 a ser trabalhado tardiamente não foi possível; que este ano a intenção é de aprovar o
399 Planejamento 2016 na reunião de dezembro 2015. Salientou que houve avanços em duas áreas:
400 a de obras e a de tecnologia da informação. A convidada Ísis Machado disse que a DTI propôs
401 excluir as ações de TI n.ºs 97, 99, 103 e 167, incluídas pela própria DTI, o que efetivamente
402 ocorreu, após ampla discussão, votação e aprovação por contraste, do mesmo modo que foi
403 aprovada a inclusão de todas as ações previstas no PDTI e que já estão em andamento. A
404 conselheira Marilice Chapper perguntou se há previsão para webconferência, que poderia evitar
405 muitas viagens, com o que concordou o conselheiro Júlio Ruzicki. O vice-reitor Flávio Nunes disse
406 já estar disponível, bastando contatar a DTI para agendar horário e sala; sugeriu que a CCS faça
407 matéria divulgando-a. O presidente Marcelo Bender disse que o agendamento permite que a
408 DTI consiga uma banda maior da RNP. Colocadas em votação, as inclusões da DTI no
409 Planejamento foram aprovadas por unanimidade. O convidado Jair Araújo salientou que a ação

118 não é da DTI e não deve ser excluída e sim ser transferida para a PROEN. O conselheiro Renato Meireles solicitou que a duplicação das ações 16 a 28 do câmpus Gravataí no documento seja retirada. O conselheiro Eduardo Leal questionou a possibilidade de um formulário mais dinâmico, pois o atual é enfadonho e difícil para incentivar a discussão com a comunidade. A conselheira Luciana Loponte ratificou as palavras do conselheiro Eduardo Leal, salientando ser um documento muito técnico. O conselheiro Osni Rodrigues disse que a mudança de metodologia do ano anterior para este era para diminuir o documento, mas que a planilha ficou maior este ano, embora diminuindo o número de ações, tendo o convidado Mauro Cunha explicado que o aumento aconteceu porque o modelo atual tem mais informações para que os câmpus conheçam os responsáveis pelas ações e a gestão possa acompanhar e que a comissão trabalhou numa planilha dinâmica. Colocado em votação, o Planejamento 2015 foi aprovado, havendo uma abstenção, justificada, do conselheiro Osni Rodrigues, como segue: "não houve reunião no câmpus para discussão das ações, não possibilitando, assim, a defesa das ações propostas". A seguir, o convidado Alessandro Lima falou sobre a proposta de **alteração dos valores cobrados pelos concursos públicos para docentes**; salientou os gastos com publicação, elaboração de provas, análise de títulos, gastos com servidores externos e o baixo valor da inscrição, R\$ 50,00. O conselheiro Rafael Leitzke defendeu a isenção para pessoas de baixa renda, à semelhança do que é feito nos processos estudantis e a mesma condição de gratuidade referente à educação. O convidado Alessandro Lima disse que existe plano de isenção, mas o gasto é superior ao da taxa de inscrição. O presidente Marcelo Bender lembrou que a não cobrança para alunos faz parte da educação gratuita e difere de ingresso no mercado de trabalho; que a gestão tem que tomar posições e quem deve ser privilegiado com a isenção é o aluno. O vice-reitor Flávio Nunes lembrou que no último vestibular foram gastos R\$ 350.000,00 e que houve abstenção de 50%, já que, por ser gratuito, todos se inscrevem; que a despesa não tem redução porque o material tem que estar disponibilizado para todos os inscritos e os fiscais trabalham normalmente; que precisa ser mantida essa política assistencial, procurando uma maneira de evitar o alto índice de abstenção; que para concursos não deve ser adotada a mesma política, principalmente no momento em que o país está atravessando esta crise financeira e a instituição está colocando parte do seu orçamento para cobrir gastos com concursos. O convidado Manoel Porto disse que o valor elevado vai impedir a participação de muitos candidatos e teme que a cobrança acabe com a responsabilidade do estado em manter a instituição e defende o não aumento da taxa. O conselheiro Júlio Ruzicki perguntou se era conhecido o custo por candidato. O convidado Alessandro Lima respondeu que, pelo valor atual, são necessários 123 inscritos para pagar a elaboração da prova escrita; além de impressão e outras etapas, que podem incluir até pagamento de diárias; que o aumento não visa à captação de recursos mas de diminuição de gastos; que o valor para docentes e técnico superior é R\$ 50,00 e para nível médio é R\$36,00. O conselheiro Ricardo Carrilhó concordou com o convidado Manoel Porto, mas se mostrou favorável à cobrança, para garantir o fechamento de contas, não para fazer caixa. O conselheiro Fabian Carbajal sugeriu o reajuste pela inflação do período a partir do último aumento e a criação um mecanismo para que as contas fechem. O conselheiro Miguel Dinis manifestou-se favorável ao aumento suficiente para cobrir os gastos, sem sobras e perguntou qual deveria ser o valor e em que seria baseado. A conselheira Ana Geller disse que o valor cobrado hoje é o mesmo desde, no mínimo, 2008 e que o Conselho deve pedir um estudo que permita a atualização dos valores para suprir os custos mínimos. O convidado Nilo Campos teceu várias considerações referentes à cobrança: respeito ao percentual limite que relaciona taxa com remuneração do cargo; a não existência de orçamento para a realização de concursos, por ser tarefa da instituição; que antes fazia parte da atribuição dos servidores, que a concessão de DE deveria estar atrelada ao compromisso de o servidor trabalhar nos concursos; que cursos e concursos deveria ser bancado pela sua inscrição, concordando, portanto, com o ajuste da taxa; que para concurso gratuito o trabalho também deveria ser gratuito. Os conselheiros Rafael Leitzke e Milton Almeida contestaram o fato de a pauta ter sido incluída na véspera, impossibilitando a discussão prévia. O conselheiro Osni Rodrigues salientou que só foi aprovada

462 a inclusão da pauta, não o seu desdobramento e disse que deve ser feito estudo de custo dos
463 concursos, no período mínimo de quatro anos. Após a discussão foram colocadas em votação
464 duas propostas: 1) a alteração da taxa hoje; 2) o retorno do tema na próxima reunião,
465 acompanhado de subsídios que permitam melhor análise. Foi aprovado que o assunto deverá
466 retornar na próxima reunião, com três abstenções. A conselheira Marilice Chapper questionou
467 o prazo para remessa da pauta para as reuniões, pois recebeu documento na véspera. A
468 secretária Marilvana Tavares explicou que o prazo é de 10 dias, conforme o regulamento do
469 Conselho; que há situações em que algum material é enviado posteriormente, como ocorreu
470 para esta reunião em que alguns assuntos foram discutidos na reunião do CODIR em 26 de
471 março, não podendo o material ter sido encaminhado antes daquela data (planejamento anual);
472 que houve a necessidade de emitir duas portarias *ad referendum* (uma referente à estrutura dos
473 câmpus câmpus Pelotas-Visconde da Graça e Gravataí e outra do Mais Cultura); que se não
474 fossem encaminhadas agora e deixadas para o próximo CONSUP, a secretaria seria questionada
475 do porquê de não terem sido apreciadas na reunião imediatamente posterior as suas emissões;
476 que a opção foi enviar fora do prazo, até porque o material não era muito extenso. A conselheira
477 Marilice Chapper ressaltou que o ideal é a socialização de todo o material com o câmpus, o que
478 se torna difícil com a chegada do material aos poucos, pois não há como fazer reunião todos os
479 dias. O presidente Marcelo Bender falou de questões pontuais em que há prazos para entrega
480 dos documentos, e que procura evitar ao máximo as portarias *ad referendum*, mas que nada
481 impede os conselheiros de optarem pela não aceitação da inclusão. Nada mais havendo a tratar,
482 eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada
483 pelos presentes.

H
MRP

The block contains numerous handwritten signatures in blue ink. Some are clearly legible and include names: 'Zamoraes', 'Douglas Leo de Lira', 'Ana Maria Geller', 'Jeteo', 'Marilice Chapper', 'Marilvana Tavares', 'Elvira Luis B. Nunes', 'Jesuita', 'Mafurra', 'Jesuita', 'Mafurra', 'Jesuita', 'Mafurra', 'Jesuita', 'Mafurra'. Other signatures are more stylized and difficult to read. There are also some initials and marks, such as 'H' and 'MRP' in the top right corner.